



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JUPIÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2022 MODALIDADE CONCORRENCIA Nº 01/2022

O Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, Senhor **VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na **MODALIDADE CONCORRENCIA PUBLICA** do **TIPO MAIOR LANCE**, para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A RETENÇÃO, REMOÇÃO, APREENSÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JUPIÁ – SC**, conforme descrição conforme ANEXO I e que estará recebendo os documentos pertinentes à habilitação e proposta, que deverão ser entregues e protocolados junto ao Setor de Licitações do Município de Jupiá - SC, sita à Rua Rio Branco n. 320, Jupiá, Estado de Santa Catarina, conforme segue, regendo-se este Processo Licitatório pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, Lei Municipal 974/2021 e suas alterações por este Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Até 26 de setembro de 2022, às 07h:50min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS

26 de setembro de 2022, às 08h00min.

LOCAL DA ABERTURA

Sala de Licitação do Município de Jupiá – SC, localizada na Rua Rio Branco n. 320, Centro, na cidade de Jupiá – SC.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Licitação tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A RETENÇÃO, REMOÇÃO, APREENSÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JUPIÁ – SC**, conforme condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JUPIÁ

2.2 Ter local apropriado, com uma distância máxima de 30 km dos limites do Município de Jupiá – SC.

2.3 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.3.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial (nova denominação de concordata, determinada pela nova Lei de Falências) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

2.3.2 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

2.3.3 Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3.4 Estrangeiros que não funcionem no País.

2.4 Não serão aceitos documentos assinados digitalmente ou eletronicamente, se estes não possuírem chaves, para que seja atestada a sua identidade.

3 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES 01 E 02

3.1 - Os Envelopes nº 01 e nº 02, contendo respectivamente a documentação e a proposta de preços, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando da face de cada quais os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO

MUNICÍPIO DE JUPIÁ

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/____.

CONCORRÊNCIA Nº ____/____.

NOME/RAZÃO SOCIAL

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO

MUNICÍPIO DE JUPIÁ

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/____.

CONCORRÊNCIA Nº ____/____.

NOME/RAZÃO SOCIAL

3.2 – Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1. Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

4.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentado, cópia do ato constitutivo/contrato social ou estatuto social acompanhado de cópia da cédula de identidade;

4.3 O licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de credenciamento (ANEXO III), autorização ou instrumento procuratório, com **firma reconhecida em cartório**, conferindo poderes para formulações de lances e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhado de cópia do ato constitutivo/contrato social e estatuto social com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, acompanhado de cópia da cédula de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação.

4.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um licitante;

4.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do licitante;

4.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

4.7 Deve ser feito o credenciamento, devendo a documentação pertinente, estar separado dos demais documentos.

4.8 O proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, que optarem pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverá comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do credenciamento, apresentando Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante. Data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será desclassificada (conforme parágrafo 1º e parágrafo 2º do item 2)

(DOCUMENTO A SER APRESENTADO FORA DO ENVELOPE, juntamente com a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

4.9 Os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão **declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (ANEXO X)** e entregarão os envelopes conforme item 03 do edital.

4.10 Os proponentes deverão apresentar toda sua documentação, inclusive a proposta de preços, por intermédio de seu representante legal (administrador) ou procurador.

4.11 Os documentos deverão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia, desde que estas estejam autenticadas por cartório competente ou por servidor público do Município de Jupiá ou ainda por publicação em órgão oficial. (está autenticação poderá ser feito no dia do certame antes do horário previsto para o início).

4.12 As licitantes que decidirem pelo **envio dos envelopes** por correio ou até mesmo pessoalmente, deverá entregar os documentos relativos à participação do certame:

- Item 4.8 para ter benefícios da Lei Complementar nº 123/06;
- Item 4.9 declarações (ANEXO X);

Sendo que estes documentos deverão ser entregues fora dos envelopes nº 01 e

02. 4.13 - A participação na licitação com a MATRIZ ou FILIAL:

Se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

Se o licitante for a filial, todos os documentos devem estar em nome da filial; com exceção do:

- Contrato Social (que deverá indicar o endereço da filial e CNPJ);
- Certidão negativa do INSS (validade para a matriz e filial);
- Certidão conjunta negativa da Receita Federal (validade para a matriz e filial);
- Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (validade para a matriz e filial);
- Certidão de Contribuinte Estadual ou Municipal, irá depender das normas do Estado ou Município;

Sendo que, a proposta de preço deve estar com o mesmo CNPJ da empresa credenciada e habilitada para a entrega do objeto.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

O envelope nº 01, contendo a documentação relativa à habilitação deverá conter:

5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1 Cópia do ato constitutivo/contrato social e estatuto social com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido,

5.1.2 acompanhado de cópia da cédula de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação.

5.2 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL - (Art. 29 - Lei n.º 8.666/93)

5.2.1 Pessoa jurídica: prova de inscrição junto a Receita Federal (CNPJ); (Sendo que a descrição das atividades da empresa, devem estar de acordo com o objeto licitado).

5.2.2 Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Seguridade Social;

5.2.3 Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;

5.2.4 Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda;

5.2.5 Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

5.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA (Art. 31 - Lei n.º 8.666/93). 5.3.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação judicial/extrajudicial, conforme Lei n.º 11.101/2005.

OBS: obrigatório cumprir com as orientações do endereço a seguir, sob pena de inabilitação caso a confirmação não seja possível em seção pela comissão: **ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema ePROC, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

5.3.2 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor público do município de Jupiá, ou por

publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

5.3.3 Declaração de situação de regularidade (ANEXO IX).

5.3.4 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 43 § 1º da Lei 123/2006 Após análise da documentação apresentada, o Pregoeiro e os membros da equipe de apoio rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

5.3.5 O (a) Pregoeiro (a) considerará como formal erros de somatórios e outros que possam ser sanados na própria sessão, por representante capaz e outros aspectos que beneficiem o Município de Jupiá e não implique nulidade do procedimento, devendo tais atos serem registrados em ata.

5.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA – (Art. 28 – Lei n.º 8.666/93).

5.4.1 Cópia de Cédula de identidade e C.P.F dos proprietários

5.4.2 Registro Comercial no caso de empresa individual.

5.4.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

5.4.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade exigir.

OBS: fica os itens acima dispensados caso já tenham sido apresentados no credenciamento.

5.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30 - Lei n.º 8.666/93).

5.5.1 Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993. (ANEXO IX)

5.5.2 Declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação (ANEXO IX)

5.5.3 Declaração atualizada de Conta Corrente para fins de recebimento.

5.5.4 Declaração do proponente de que, à época de assinatura do contrato, se vencedor, comprovará possuir o imóvel e equipamentos necessários, (terreno, veículos, serviços de vigilância e recepção ou plantão 24 horas, sete dias por semana, e outros) conforme Anexo I através de documentos pertinentes que serão solicitados quando da assinatura do mesmo. (ANEXO IV).

6 - DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1 - O envelope nº 02 – PROPOSTA, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

6.1.1 Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF, e-mail e telefone;

6.1.2 Número desta concorrência;

6.1.3 O valor mínimo fixado para o objeto licitado é de R\$ 300,00 (trezentos reais), mais percentual eventualmente ofertado pela empresa vencedora, a serem pagos mensalmente durante todo o prazo de concessão, valor este sujeito a futuras recomposições inflacionárias a cada período de 12 meses.

6.1.4 **Apresentar declaração de que a empresa** cobrará dos proprietários dos veículos depositados/apreendidos, obrigatoriamente, os valores fixados na Lei municipal nº 0782/21 conforme ANEXO I, para remoção (guincho), bem como para Estadia (depósito) diária de guarda e, de que se submete integralmente aos termos do instrumento convocatório e seus anexos.

6.1.5 **Apresentar declaração de que a empresa** está ciente de que o preço fixado compreende todos os serviços, materiais e encargos necessários a sua completa realização e dentro das condições contratuais.

6.1.6 A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será da exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

6.1.7 Somente será aceita cotação em moeda nacional do Brasil.

6.1.8 Sob as penas legais, não caberá desistência da proposta, salvo por motivos extremamente impeditivos e imprevisíveis que ocorrerem até a ocasião da apresentação da proposta, decorrente de fato superveniente ou excepcional, devidamente justificado no prazo de 24 (vinte e quatro horas), contados da ocorrência do imprevisto, e aceito pela Administração.

6.1.9 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Licitação ou baseados nas das demais licitantes;

6.1.10 Não será aceita proposta com valor inferior ao estipulado como mínimo neste edital, sendo vencedora a empresa que maior acréscimo percentual ofertar ao valor de R\$ 300,00 reais mensais estipulados no item 6.1.3.

6.2 - Ficam estabelecidos em **60 (sessenta) dias** o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 02. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

7 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

7.1. No horário, data e local estabelecidos no tópico deste Edital, deverão comparecer as licitantes que desejarem fazer-se representar, devidamente munidas de documentação de credenciamento, de acordo com o item "4" do presente Edital.

7.2. A presente licitação, para efeito de julgamento, será do tipo maior lance ofertado.

7.3. Será considerada vencedora a proponente que tendo cumprido as exigências deste Edital, conforme prescreve o art. 45, da Lei n. 8.666/93 e apresentar o maior preço.

7.4. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar informações complementares, para efeito de julgamento das propostas, caso a licitante não atender com clareza o solicitado em Edital, conforme determina o art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93.

7.5. Serão desconsideradas as propostas que contiverem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas.

7.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do ato convocatório.

7.7. No caso de empate de duas ou mais propostas, para o desempate será observado o critério de sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, observados o disposto no §2º do art. 3º da Lei n. 8.666/93.

7.8. Havendo concordância de todos os licitantes quanto às decisões da Comissão de Licitações tomadas na fase de habilitação e expressa desistência quanto à interposição de recurso poderá ocorrer, na sequência, a abertura dos Envelopes n. 02 – Proposta de Preço.

8 - DOS RECURSOS

8.1 Conforme estabelecido no art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

8.2 Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública da Concorrência, terá ele o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso o qual obrigatoriamente deverá ser subscrito por representante, procurador ou preposto com poderes para tal junto ao setor de licitação, em horário de atendimento. Não serão conhecidos recursos encaminhados exclusivamente por e-mail, sendo que no caso de envio via postal, se considerará o dia e horário de protocolo junto ao setor de licitação do Município. As demais licitantes, quando for o caso, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.3 OBS: Estas regras estendem-se subsidiariamente a todas as espécies de recursos e impugnações que tenham como objeto este edital.

8.4 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em recorrer da decisão da Comissão de Licitação, importará na preclusão de seu direito, sendo adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

8.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 O recurso contra decisão da Comissão de Licitação não terá efeito suspensivo.

8.7 A manifestação do recurso poderá ser feita na própria sessão da Licitação e, se oral, será reduzida a termo em ata.

8.8 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.9 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.10 A Comissão de Licitação poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

8.11 Os recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro em nome de **Ivan Carlos Marconssoni** e protocolados no Setor de Licitação situado junto ao Centro Administrativo Municipal, no endereço constante no preâmbulo deste edital, para apreciação e decisão.

8.12 Os recursos deverão ser protocolados no Setor de protocolo do Município, no horário de expediente, não

sendo aceitos recursos interpostos fora do prazo.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

9.1 A licitante vencedora será obrigada a prestar os serviços a serem contratados sempre zelando pelo atendimento, pela segurança e pela qualidade dos serviços prestados, bem como manter durante toda a execução do termo de permissão todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme ANEXO I do referido Edital;

9.2. Prestar os serviços a serem contratados, observado as normas técnicas pertinentes, com equipamentos e pessoal a cargo da permissionária, na forma estabelecida neste edital;

9.3. A licitante vencedora será responsável por eventuais danos causados ao Município de Jupiá ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo de permissão, não excluindo esta responsabilidade a fiscalização por parte do Município;

9.4. A licitante vencedora será obrigada a arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, ao Município de Jupiá e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços prestados;

9.5. Deverá se comprometer ao pagamento das despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo de permissão, ficando o Município de Jupiá isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

9.6. Responderá pelos danos causados a terceiros ou ao Contratante, sejam danos de natureza material, moral, estético ou qualquer outro que não possa ser enquadrado entre as espécies citadas.

9.7 Pagamento mensal ao município de Jupiá de 5% do faturamento com a execução do serviço, o qual será rateado entre a Polícia Militar, Polícia Civil e o município conforme convênio anteriormente assinado;

9.8 Para efeitos de pagamento da prestação de serviço, o município de Jupiá considera como RECEITA BRUTA MENSAL a somatória da receita efetivamente liquidada no mês, pela prestação dos serviços objeto deste instrumento, sem desconto de qualquer taxa e/ou imposto;

10. PENALIDADES

10.1 - A recusa da licitante contratada em não cumprir prazos determinados pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida pela mesma, acarretando uma multa de 10% (dez por cento) valor estimado do contrato.

10.2 - A recusa em assinar o contrato no prazo determinado, ensejará a multa de 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato.

10.3 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, e alterações posteriores:

10.3.1 Advertência expressa;

10.3.2 Multa;

10.3.3 Rescisão do contrato;

10.3.4 Suspensão do direito de participar de Licitações do Município, por prazo de dois anos;

10.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município.

Será aplicada multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) do valor estimado do contrato, por dia de atraso.

10.5 Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, quando a licitante vencedora:

10.5.1 Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

10.5.2 Executar os serviços em desacordo com os anexos do presente Edital, bem como Lei municipal nº 0782/21;

10.5.3 Desatender às determinações da fiscalização;

10.5.4 Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

10.5.5 Não iniciar, sem justa causa, a execução dos serviços contratados no prazo fixado, estando sua proposta dentro do prazo de validade;

10.5.6 Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (quinze) dias úteis na execução dos serviços contratados;

10.5.7 Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte os serviços contratados;

10.5.8 Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

10.6 - As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

10.7 - Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à contratada, a pena de suspensão do direito de licitar com a contratante e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até dois anos, em função da gravidade da falta cometida.

11. DA VIGÊNCIA

13.1. A vigência da concessão será de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período, revogável a critério da administração municipal, em caso de descumprimento das exigências deste Edital e da Lei municipal nº 0782/21;

14. DA FORMA DE PAGAMENTO:

14.1. O pagamento deverá ser efetuado em até 24 (vinte e quatro) horas após a homologação do processo licitatório, de forma antecipada, e posteriormente na mesma data dos meses seguintes sob pena de aplicação de multa no valor de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor devido.

14.2. As receitas decorrentes da presente licitação serão inseridas no Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício financeiro de 2022.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1 - Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Jupiá, na Rua Rio Branco, 320 - Centro, ou através do telefone (0**49) 3341 0000, de segunda-feira à quinta-feira, das 08h:30min às 11h:30min e das 13h:30min às 16h:30min, pelo e-mail licitacao@jupia.sc.gov.br ou no site www.jupia.sc.gov.br.

15.2 - As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV do artigo 87 do mesmo diploma legal.

15.3 - A empresa contratada deverá fornecer os equipamentos de proteção individual, bem como as ferramentas e demais equipamentos necessários para a execução do objeto licitado.

15.4 - A empresa contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

15.5 - O Município de Jupiá reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, nos termos do art. 49 da lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15.6 - O Município de Jupiá reserva-se o direito de deixar de executar o objeto da presente licitação, no todo ou em parte, conforme sua necessidade e disponibilidade financeira, sem prévio acordo com o licitante vencedor, não cabendo a este qualquer tipo de indenização.

15.7 - Informações fornecidas verbalmente por pessoas pertencentes ao quadro de servidores da Administração Municipal de Jupiá não serão consideradas como motivos para impugnações.

15.8 - A participação na presente licitação implica no conhecimento e na aceitação plena deste Edital e + suas condições.

15.9 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações à luz das disposições contidas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis.

16 – DO FORO

16.1. Fica eleito, para dirimir questões referentes a este Edital, bem como da futura contratação, o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC, com renúncia a qualquer outro.

17 - DOS ANEXOS AO EDITAL

17.1 - São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Modelo de Credenciamento;

Anexo IV – Modelo de Declaração de qualificação técnica;

Anexo V - Minuta de Termo de Permissão;

Anexo VI - Lei municipal nº 0782/21;

Anexo VII – Tabela de preços dos serviços;

Anexo VIII – Modelo de Termo de Renúncia;

Anexo IX – Declaração de situação de Regularidade;

Anexo X – Modelo de declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JUPIÁ**

Jupiá - SC, 18 de agosto de 2022.

Valdelirio Locatelli da Cruz
Prefeito Municipal

Sargento Mauri Pagani
Fiscal

Assessoria Jurídica.

Jorge Matiotti Netto OAB 17879-B/SC _____

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A RETENÇÃO, REMOÇÃO, APREENSÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JUPIÁ – SC.

1 – Objetivo

1.1 O presente termo tem a finalidade de especificar os serviços e equipamentos necessários a retenção, remoção, apreensão, guarda e depósito de veículos automotores retirados de circulação nas vias públicas do município de Jupiá – sc.

2 – Serviços a serem executados:

2.1 – Possuir local apropriado, cercado e iluminado, devidamente aprovado pela municipalidade, de sua propriedade ou objeto de locação, com capacidade para atender a demanda, de modo que os veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação sejam depositados em vagas demarcadas, que possuam no mínimo:

- a) 20 (vinte) vagas para veículos leves (passeio, pequenos utilitários e peruas);
- b) 15 (quinze) vagas para motocicletas, motonetas, triciclos, charretes, carroças e bicicletas; c) 03 (três) vagas para veículos pesados (caminhões, reboques, semirreboques, ônibus, micro ônibus, tratores, caminhonetes e cavalos mecânicos);

2.2 - Apresentar anualmente ou sempre que serão solicitadas as certidões negativas federal, estadual e municipal, inclusive as da Previdência Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

2.3 - Receber todo e qualquer veículo, assim classificados no artigo 96 da Lei Federal nº 9.503/1997 e demais normas instituídas pelo CONTRAN, quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes de trânsito;

2.4 - Cobrar pelos serviços prestados e previstos na Lei municipal nº 0782/21, diretamente do proprietário do veículo;

2.5 - Receber e liberar os veículos somente para seus proprietários ou seus procuradores e unicamente com autorização da autoridade competente ou por pessoa por esta designada, uma vez atendidas às exigências da legislação de trânsito;

2.6 – Possuir livro de registro diário ou sistema informatizado, no qual deverá constar no mínimo:

- a) identificação dos veículos recebidos.

- b) nome, endereço, CPF, RG e número da CNH do proprietário e do condutor;
- c) data e horário de recebimento do veículo;
- d) nome e identidade do agente de trânsito responsável pela medida administrativa; e) data e horário de saída do veículo do pátio;

2.7 Remover os veículos que estejam depositados/apreendidos no pátio da delegacia de polícia.

2.8 - Possuir registro de controle acerca da quantidade de veículos recebidos e liberados, conforme o tipo, a cor, o modelo, o motivo da apreensão (discriminando inclusive o número da ocorrência), a marca, o ano de fabricação, o tipo de combustível, o número do chassi e placas, a indicação de datas de remoção, recolhimento e estadia, com dia, mês e ano e as unidades e autoridades apreensoras e liberadoras, bem como sobre a quantidade de vagas livres e ocupadas no pátio;

2.9 – Informar trimestralmente ao Órgão de Trânsito Municipal ou ao CITRAN a relação de veículos que estão depositados no pátio e que não foram reclamados por seus proprietários no prazo de 90 (noventa) dias a partir do recebimento;

2.10 - Possuir pelo menos um caminhão-guincho, com Certificado Técnico expedido pelo INMETRO ou outro órgão fiscalizador competente, que ateste a capacidade operacional do equipamento;

2.11 - Não explorar, no mesmo local destinado à instalação do depósito, qualquer atividade relacionada ao comércio de veículos, peças ou similares, tais como loja, oficina, ferro-velho, entre outros.

2.12 - Os preços a serem cobrados pelos serviços de remoção, guarda e estadia dos veículos serão conforme ANEXO I (TERMO DE REFERENCIA) e serão cobrados do seu proprietário a partir do momento em que se proceder a apreensão e consequente remoção até a data da efetiva liberação. O valor das tarifas será lançado em reais e a cada período de 12 (doze) meses o Poder Executivo Municipal poderá expedir Decretos regulamentando o reajustamento de preços, conforme variação do INPC, calculada pelo IBGE ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, bem como pode regulamentar a qualquer momento para se adequar à situação de mercado regional ou no caso de haver desinteressados na execução dos serviços.

2.13 - A apreensão e remoção consistem no deslocamento do veículo guincho até o local onde se encontra o veículo a ser recolhido e a respectiva condução até o local de depósito e guarda.

2.14 - O pagamento das tarifas deverá ser recebido diretamente pela empresa contratada, devendo esta emitir nota fiscal e identificação específica do proprietário e veículo apreendido.

2.15 - Os proprietários de veículos recuperados por motivo de crime contra o patrimônio ficam isentos do pagamento das tarifas dos serviços de guarda e estadia, exceto se o veículo possuir débitos de trânsito ou outra restrição. Os veículos utilizados como objeto de crime ou meio para execução ou que devem ser periciados por serem meios de prova, também ficam dispensados do pagamento de guincho e estadia.

2.16 - A liberação do veículo se dará mediante a apresentação, pelo proprietário ou seu procurador, de

guia ou boleto bancário devidamente autenticado junto à instituição financeira ou estabelecimento similar e de AUTORIZAÇÃO expedida pela CIRETRAN ou CITRAN, com vista à liberação e retirada do veículo.

2.17 Remover ao pátio os veículos que já se encontram recolhidos ao pátio de apreensões, procedendo o cadastro desses junto ao Detranet, em até 60 dias após assinatura do contrato.

3 – Considerações Gerais:

3.1 - Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação por infração à legislação de trânsito, não reclamados por seus proprietários, serão levados à hasta pública pelo poder Público Municipal, deduzindo-se do valor arrecadado os débitos referentes a multas, tributos, encargos legais e débitos com remoção e depósito, e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma do Artigo 328 da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997.

3.2 Não sendo o valor arrecadado suficiente para a quitação dos débitos, a preferência dos créditos obedecerá aos critérios do Art. 328, § 6º da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997.

3.3 - Se não houver interessados no veículo quando da realização do leilão, o veículo poderá ser vendido como sucata, aplicando-se no que couber o disposto neste artigo.

3.4 - O DETRAN/SC do Município de Jupiá - SC, sob Termo que deverá ser assinado com a Administração Municipal, se responsabilizará em notificar os proprietários dos veículos removidos ao pátio utilizado para guarda e estadia que, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, não foram retirados por seus proprietários ou por quem de direito.

3.5 - Em caso de veículo transportando carga perigosa ou perecível e de transporte coletivo de passageiros, aplicar-se-á o disposto no § 5º do artigo 270 da Lei Federal nº 9.503/1997.

4 – Prazo:

4.1 O prazo de duração do contrato será de 05 (cinco) anos, contados da data da assinatura do Contrato, revogável a critério da administração municipal, em caso de descumprimento das exigências deste Edital e da Lei municipal nº 0782/21; Prazo este que poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos

5 – Preço obrigatório dos serviços:

I - SERVIÇO DE REMOÇÃO NO PERÍMETRO URBANO

- a) Ciclomotor, motoneta, motocicleta, quadriculo e bicicleta elétrica – 35 UFM;
- b) Automóvel – 45 UFM;
- c) Camioneta e caminhonete – 65 UFM;
- d) Caminhão e micro-ônibus – 100 UFM;
- e) Carretas, ônibus e extra pesados – 130 UFM.

II - SERVIÇOS DE REMOÇÃO EXCEDENTE AO PERÍMETRO URBANO

Os serviços executados fora do perímetro urbano, além do valor fixado no item anterior, terão acréscimo por quilometro na seguinte ordem:

- a) Ciclomotor, motoneta, motocicleta, quadriculo e bicicleta elétrica – ½ UFM;
- b) Automóvel – 01 UFM;
- c) Camioneta e caminhonete – 1,5 UFM;
- d) Caminhão e Micro-ônibus – 02 UFM;
- e) Carretas, ônibus e extra pesados – 2,5 UFM.

III - SERVIÇOS DE DEPÓSITO E GUARDA (VALOR DA DIÁRIA)

- a) Ciclomotor, motoneta, motocicleta, quadriculo e bicicleta elétrica – 5 UFM;
- a) Automóvel – 8 UFM;
- b) Camioneta e caminhonete – 10 UFM;
- c) Caminhão e Micro-ônibus – 15 UFM;
- d) Carretas, ônibus e extra pesados – 18 UFM.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo Licitatório n. 27/2022

Concorrência n. 01/2022

Concorrência para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A RETENÇÃO, REMOÇÃO, APREENSÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JUPIÁ – SC**

Prezados Senhores:

Nosso preço global máximo para concessão é de R\$

_____).

DECLARAÇÕES

1. Declaramos que concordamos com todas as normas editalícias.
2. Declaramos que o prazo de validade para a nossa proposta é de 60 (sessenta) dias.
3. Declaramos que cumprimos integralmente as exigências estabelecidas no Termo de Concessão.
4. Declaramos que cumprimos integralmente a Lei municipal nº 0782/21.
5. Declaramos que cobraremos dos proprietários dos veículos depositados/apreendidos, obrigatoriamente, os valores fixados no ANEXO VI da Lei municipal nº 0782/21, para remoção (guincho), bem como para Estadia (depósito) diária de guarda e, de que nos submetemos integralmente aos termos do instrumento convocatório e seus anexos.
6. Declaramos que a empresa está ciente de que o preço fixado compreende todos os serviços, materiais e encargos necessários a sua completa realização e dentro das condições contratuais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO

(Local/Município), ____ de ____ de 2022.

Ao

Pregoeiro Oficial do Município

Município de Jupiá - SC

Credenciamento para participar no:

Processo Licitatório nº ____/2022

Concorrência nº ____/2022

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ vem pela presente, informar a V.S.^a, que o(a) S.r.^a) _____, portador da Carteira(s) de identidade nº(s) _____ (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial em epígrafe, podendo para tanto, assinar propostas de preços, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura Identificável

(nome do representante da empresa com firma reconhecida)

Obs: esta declaração deverá vir acompanhado de cópia do Contrato Social ou Estatuto (original ou fotocópia autenticada).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

ANEXO IV

**MODELO DECLARAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
CONCORRÊNCIA n. 01/2022, PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 27/2021**

Declaro que à época de assinatura do contrato, se vencedor, comprovarei ou locarei possuir o imóvel e equipamentos necessários, (terreno, veículos, serviços de vigilância e recepção ou plantão 24 horas e outros), conforme ANEXO I através de documentos pertinentes que serão solicitados quando da assinatura do mesmo. Declaro ainda que entendo e conheço a legislação e que assumirei, se vencedor, o ativo dos veículos depositados no pátio da Delegacia de Polícia, bem como as despesas a eles referentes, e de que removerei no prazo de 30 (trinta) dias úteis os veículos do pátio da Delegacia, às custas expensas, sob pena de multa diária pelos dias que excederem o prazo estabelecido.

xxxxxxxx, xxxx de xxxxxxxxxxx de 2022.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A
RETENÇÃO, REMOÇÃO, APREENSÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE
JUPIÁ – SC**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUPIÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Rio Branco N. 320, centro, na cidade de Jupiá - SC, inscrito no CNPJ nº 01.593.132/0001-37, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Jupiá - SC, na Rua Riu Branco, bairro centro, portador do CPF nº 986.207.389-68, denominado para este instrumento contratual, denominados simplesmente de **CONTRATANTE**.

PERMISSIONÁRIA: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede a Rua xxxxxxxxxxxx, n. xxxxx, xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, representada neste ato, pelo administrador, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, xxxxxxxx, portadora do CPF n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e RG n. xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, n. xxxxxxxxxxxx, xxxxx, CEP xxxxxxxxxxxx, da cidade de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado de **CONTRATADA**.

FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.987/95 e 8.666/93 e suas respectivas alterações e legislação aplicável, Lei municipal nº 782/21 e ainda, Processo Licitatório n. 0xx/2022, Modalidade Concorrência n. 0xx/2022, e Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O objeto do presente termo de permissão de uso é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A RETENÇÃO, REMOÇÃO, APREENSÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE JUPIÁ – SC**.

1.2 - Este Termo de Permissão vincula-se ao edital de Concorrência n. 0xx/2022, Processo Licitatório n. 0xx/2022, Anexo I (Termo de Referência) e Lei Municipal n. 782/22, os quais passam a integrar o presente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, integram este termo de permissão, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os documentos:

- a) Termo de Referência;
- a) Normas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b) Processo licitatório n. 0xx/2022;
- c) Proposta da contratada;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência da concessão será de **05 (cinco) anos**, revogável a critério da administração municipal, em caso de descumprimento das exigências desta permissão, do Edital e da Lei municipal nº 782/21, podendo ser prorrogado por igual período, caso haja razões de interesse público, devida e expressamente caracterizado.

3.2 - A inobservância do prazo estipulado neste termo de permissão, sem justo motivo, ocasionará a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRAPRESTAÇÃO PELA PERMISSÃO DE USO

4.1. Como contraprestação pela permissão, objeto deste Termo, a Permissionária se obriga a pagar ao Permitente, o valor de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), que deverá ser recolhido em moeda corrente nacional e deverá ser efetuado em até 24 (vinte e quatro) horas após a homologação do processo licitatório, de forma antecipada, e posteriormente na mesma data dos meses seguintes sob pena de aplicação de multa no valor de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor devido.

14.2. As receitas decorrentes da presente licitação serão inseridas no Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício financeiro de 2022.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

5.1 A licitante vencedora será obrigada a prestar os serviços a serem contratados sempre zelando pelo atendimento, pela segurança e pela qualidade dos serviços prestados, bem como manter durante toda a execução do termo de permissão todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme ANEXO I do referido Edital;

5.2 Prestar os serviços a serem contratados, observado as normas técnicas pertinentes, com equipamentos e pessoal a cargo da permissionária, na forma estabelecida neste edital;

5.3 A licitante vencedora será responsável por eventuais danos causados ao Município de Jupiá ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo de permissão, não excluindo esta responsabilidade a fiscalização por parte do Município;

5.4 A licitante vencedora será obrigada a arcar com eventuais prejuízos causados, por dolo ou culpa, ao Município de Jupiá e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, filiados ou prepostos, na execução dos serviços prestados;

5.5 Deverá se comprometer ao pagamento das despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços para o cumprimento deste termo de permissão, ficando o Município de Jupiá isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

5.6. Responderá pelos danos causados a terceiros ou ao Contratante, sejam danos de natureza material, moral, estético ou qualquer outro que não possa ser enquadrado entre as espécies citadas.

5.7 Pagamento mensal ao município de Jupiá de 5% do faturamento com a execução do serviço, o qual será rateado entre a Polícia Militar, Polícia Civil e o município conforme convênio anteriormente assinado;

5.8 Para efeitos de pagamento da prestação de serviço, o município de Jupiá considera como RECEITA BRUTA MENSAL a somatória da receita efetivamente liquidada no mês, pela prestação dos serviços objeto deste instrumento, sem desconto de qualquer taxa e/ou imposto;

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - A recusa em não cumprir prazos determinados pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida pela mesma, acarretando uma multa de 10% (dez por cento) valor estimado do contrato.

6.2 - A recusa em assinar este termo no prazo determinado, ensejará a multa de 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato.

6.3 - Pela inexecução total ou parcial, a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, e alterações posteriores: 6.3.1 Advertência expressa;

6.3.2 Multa;

6.3.3 Rescisão do contrato;

6.3.4 Suspensão do direito de participar de Licitações do Município, por prazo de dois anos;

6.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município.

6.4 Será aplicada multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) do valor estimado do contrato, por dia de atraso.

6.5 Será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da permissão, quando a licitante vencedora:

6.6 Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;

6.7 Executar os serviços em desacordo com os anexos do Edital, bem como Lei municipal nº 782/21;

6.8 Desatender às determinações da fiscalização;

6.9 Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;

6.10 Não iniciar, sem justa causa, a execução dos serviços contratados no prazo fixado, estando sua proposta dentro do prazo de validade;

6.11 Ocasionar, sem justa causa, atraso superior a 30 (quinze) dias úteis na execução dos serviços contratados;

6.12 Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte os serviços contratados;

6.13 Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados.

6.14 As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

6.15 Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à contratada, a pena de suspensão do direito de licitar com a contratante e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até dois anos, em função da gravidade da falta cometida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

7.1 - Este Termo de permissão regula-se pela Lei n. 8.666/93, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral de termo de permissão e as



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE JUPIÁ**

disposições de direito privado.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1 - A publicação resumida deste instrumento, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o Foro da **Comarca de São Lourenço do Oeste SC**, Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Termo de Permissão, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.2 E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Jupiá SC, em xxx de xxxxxxxx de 2022.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ
Prefeito Municipal

Sargento Mauri Pagani
Fiscal

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO

Visto e Aprovado. Assessoria Jurídica.

Jorge Matiotti Netto OAB 17879-B/SC _____

Testemunhas:

1. Patrícia Beker Roldo CPF 056.114.009-06 - _____

2. Leonardo Rossoni CPF 087.339.799-10- _____

ANEXO VI

Lei nº 782/2021

INSTITUI O SERVIÇO MUNICIPAL DE RETENÇÃO, REMOÇÃO, APREENSÃO, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ENVOLVIDOS EM INFRAÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, E DOS VEÍCULOS APREENDIDOS ENVOLVIDOS EM PROCEDIMENTOS POLICIAIS OU POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Jupiá - SC, conforme disposto no inciso XI, do artigo 24, da Lei Federal nº 9.503 de 23/09/1997, responsável pela remoção, guarda, depósito e leilão de veículos removidos, apreendidos, abandonados, envolvidos em sinistro ou retirados de circulação por infração à legislação de trânsito nas vias públicas abertas à livre circulação no âmbito de seu território.

§ 1º. A exploração dos serviços mencionados neste artigo poderá ficar a cargo do Município ou ser delegado à pessoa jurídica contratada através do devido processo de licitação, exceto com relação ao leilão dos veículos.

§ 2º. Se a exploração dos serviços mencionados neste artigo for feita através de pessoa jurídica contratada, esta deverá:

I - Ter local apropriado, com uma distância máxima de 30 km do Município de Jupiá - SC, cercado e iluminado, devidamente aprovado pela municipalidade, de sua propriedade ou objeto de locação, com capacidade para atender a demanda, de modo que os veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação sejam depositados em vagas demarcadas, considerando, no mínimo:

a) 20 (vinte) vagas para veículos leves (passeio, pequenos utilitários e pêruas);

b) 15 (quinze) vagas para motocicletas, motonetas, triciclos, charretes e bicicletas;

c) 03 (três) vagas para veículos pesados (caminhões, reboques, semirreboques, ônibus, micro-ônibus, tratores, caminhonetes e cavalos mecânicos).

II - Apresentar anualmente as certidões negativas federal, estadual e municipal, inclusive as da Previdência Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

III - Receber todo e qualquer veículo, assim classificados no artigo 96, da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997 e demais normas instituídas do CONTRAN, quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos agentes de trânsito;

IV - Cobrar pelos serviços prestados e previstos nesta Lei;

V - Receber e liberar os veículos somente para seus proprietários e unicamente com autorização da autoridade competente ou por pessoa por estas designadas, uma vez atendidas às exigências da legislação de trânsito;

VI - Possuir livro de registro diário no qual deve constar, no mínimo:

a) identificação dos veículos recebidos;

b) nome, endereço, CPF, RG e número da CNH do proprietário e do condutor;

c) data e horário de recebimento do veículo;

d) nome e identidade do agente de trânsito responsável pela medida administrativa;

e) data e horário de saída do veículo do pátio.

§ 3º. A pessoa jurídica contratada através do devido processo de licitação para a exploração dos serviços mencionados neste artigo sujeitar-se-á à vistoria realizada por Agentes Municipais e Comandante da Polícia Militar, ou ainda por qualquer pessoa designada por uma dessas autoridades, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos desta Lei.

§ 4º. O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará o referido explorador a sanções que poderão variar de simples imposições de advertência, multas à perda da delegação, através de rescisão unilateral do contrato por parte do Município de Jupiá - SC, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte deste e sem o prejuízo de outras medidas previstas em Lei.

§ 5º. O disposto neste artigo aplica-se ao Município, no que couber, no caso de exploração direta.

Art. 2º. Para fins de cumprimento da legislação de trânsito, o serviço de remoção de veículos ao depósito de que trata a presente Lei, deverá ser prestado por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado responsável pelo depósito.

§ 1º. O concessionário do serviço de depósito, desde que credencie um ou mais veículo para a remoção, terá procedência sobre os demais prestadores deste serviço, sendo o primeiro a ser chamado para atender a solicitação dos agentes de trânsito que deverá:

I - possuir caminhão(ões)-guincho com Certificado(s) Técnico(s) expedido(s) pelo INMETRO ou outro órgão fiscalizador competente, que ateste a capacidade operacional dos equipamentos;

§ 2º. Os serviços de remoção e recolhimento ao pátio deverão ser mantidos 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

§ 3º. Os proprietários de veículos recuperados por motivo de crime contra o patrimônio ficam isentos do pagamento das tarifas dos serviços de guarda e de estadia, exceto se o veículo possuir débitos de trânsito ou outra restrição.

§ 4º. O pagamento das tarifas decorrentes de remoção, guarda e estadia não poderá ser recebido diretamente pela empresa contratada, devendo esta possuir sistema de cobrança bancária automatizada, com código de barras e identificação específica do proprietário e veículo apreendido.

Art. 3º. Fica estabelecido o preço a ser cobrado pelos serviços de remoção e depósito de veículos, nos moldes do Código Tributário Municipal, conforme segue:

I - SERVIÇOS DE REMOÇÃO NO PERÍMETRO URBANO:

- a) Ciclomotor, motoneta, motocicleta e quadriculo - 35 UFM;
- b) Automóvel - 45 UFM;
- c) Camionetas - 65 UFM;
- d) Caminhão e Micro-ônibus - 100 UFM;
- e) Carretas, ônibus e extra pesados - 130 UFM.

II - SERVIÇOS DE REMOÇÃO EXCEDENTE AO PERÍMETRO URBANO:

Os serviços executados fora do perímetro urbano, além do valor fixado no item anterior, terão acréscimo por quilometro na seguinte ordem:

- a) Ciclomotor, motoneta, motocicleta e quadriculo - ½ UFM;
- b) Automóvel - 01 UFM;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JUPIÁ

- c) Camionetas - 1,5 UFM;
- d) Caminhão e Micro-ônibus - 02 UFM;
- e) Carretas, ônibus e extra pesados - 2,5 UFM.

III - SERVIÇOS DE DEPÓSITO/ARMAZENAMENTO (VALOR DA DIÁRIA):

- a) Ciclomotor, motoneta, motocicleta e quadriculo - 5 UFM;
- a) Automóvel - 8 UFM;
- b) Camionetas - 10 UFM;
- c) Caminhão e Micro-ônibus - 15 UFM;
- d) Carretas, ônibus e extra pesados - 18 UFM.

Art. 4º. Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação por infração à legislação de trânsito, não reclamados por seus proprietários, serão levados à hasta pública pelo poder Público Municipal, deduzindo-se do valor arrecadado os débitos referentes a multas, tributos, encargos legais e débitos com remoção e depósito, e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma do artigo 328 da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997.

Parágrafo Único. Não sendo o valor arrecadado suficiente para a quitação dos débitos, a preferência dos créditos obedecerá aos critérios do Art. 328, § 6º da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta Lei providenciará a licitação com objetivo e contratação de empresa para recolhimento e depósito dos veículos.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 18 de agosto de 2022.

Valdelirio Locatelli da Cruz
Prefeito Municipal

ANEXO VII

TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS

I - SERVIÇO DE REMOÇÃO NO PERÍMETRO URBANO

- k) Ciclomotor, motoneta, motocicleta, quadriculo e bicicleta elétrica – 35 UFM;
- l) Automóvel – 45 UFM;
- m) Camioneta e caminhonete – 65 UFM;
- n) Caminhão e micro-ônibus – 100 UFM;
- o) Carretas, ônibus e extra pesados – 130 UFM.

II - SERVIÇOS DE REMOÇÃO EXCEDENTE AO PERÍMETRO URBANO

Os serviços executados fora do perímetro urbano, além do valor fixado no item anterior, terão acréscimo por quilometro na seguinte ordem:

- k) Ciclomotor, motoneta, motocicleta, quadriculo e bicicleta elétrica – ½ UFM;
- l) Automóvel – 01 UFM;
- m) Camioneta e caminhonete – 1,5 UFM;
- n) Caminhão e Micro-ônibus – 02 UFM;
- o) Carretas, ônibus e extra pesados – 2,5 UFM.

III - SERVIÇOS DE DEPÓSITO E GUARDA (VALOR DA DIÁRIA)

- a) Ciclomotor, motoneta, motocicleta, quadriculo e bicicleta elétrica – 5 UFM;
- i) Automóvel – 8 UFM;
- j) Camioneta e caminhonete – 10 UFM;
- k) Caminhão e Micro-ônibus – 15 UFM;
- l) Carretas, ônibus e extra pesados – 18 UFM.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

ANEXO VIII

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE

HABILITAÇÃO (Local/Município), _____ de _____ de 2022.

À Comissão Permanente de Licitações

Processo Licitatório ____/2022

Tomada de Preço ____/2022

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO

A proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade CONCORRÊNCIA Nº ____/2022, do Município de Galvão, através de seu representante legal, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta de preço dos proponentes habilitados.

Local, _____ de _____ de 2022.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE

Nome da empresa

Papel Timbrado

Declaramos, para fins de participação no **Pregão Presencial n.º ____/2022**:

- A inexistência de fato impeditivo à habilitação nos termos do Art. 32 § 2.º da Lei n.º 8.666/93 e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público em qualquer de suas esferas. Comprometemo-nos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento do Município de Jupiá qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação;
- Aceitar expressamente todas as condições fixadas nos documentos de licitação, e, eventualmente, em seus anexos e suplementos, no que não conflitem com a legislação em vigor;
- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz a partir dos quatorze anos.
- Nos submetemos a qualquer decisão que o município de Jupiá venha a tomar na escolha da proposta vencedora, obedecidos os critérios estabelecidos na licitação em curso, reconhecendo ainda que não teremos direitos a nenhuma indenização em virtude de anulação ou cancelamento do presente Pregão;

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., de de 2022.

(assinatura do representante legal da Licitante)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JUPIÁ**

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Nome da empresa

Papel Timbrado

O representante legal da empresa....., na qualidade de Licitante do procedimento licitatório, sob a modalidade de Concorrência nº ____/2022, instaurado pelo município de Jupiá, declara que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação.
....., de de 2022.

(assinatura do representante legal da Licitante)

**OBSERVAÇÃO: A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO
IMPLICARÁ NA EXCLUSÃO DO INTERESSADO NESTA LICITAÇÃO.**